

PONTOS DE CONTATO OU DE ATRITO? DOCUMENTOS DE DEFESA NACIONAL DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS.

Points of contact or friction? Documents of National Defence from Brazil and from United States.

Eduardo Munhoz Svartman¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é identificar os tópicos que revelam os dissensos e as convergências nas políticas de defesa e segurança internacional do Brasil e dos Estados Unidos. Não se trata de uma análise extensiva da chamada “grande estratégia” de cada um dos países em foco, mas dos temas que se entrelaçam em cada uma delas e de uma avaliação das possibilidades de atrito e de consenso entre Brasil e Estados Unidos neste campo. Argumenta-se que nos documentos analisados há mudanças importantes no enquadramento conferido por cada país ao outro e também que, apesar de ambiguidades e descompassos entre o que é dito e o que é feito, desde 2010, há mais espaço discursivo dos Estados Unidos para o Brasil definir agenda e negociar seus interesses estratégicos. Para tanto este artigo aborda em separado os sucessivos documentos dos dois países e, na parte final, apresenta as conclusões.

As fontes aqui empregadas são os documentos que tornam públicos os entendimentos de ambos os países a respeito dos cenários estratégicos em que se inserem e as linhas de ação que pretendem imprimir aos seus aparatos de defesa. No caso estadunidense, os documentos declaratórios são a National Security Strategy de 1999, 2002 e 2010. No caso do Brasil, serão discutidas a Política de Defesa Nacional de 1996 e de 2005 e a Estratégia Nacional de Defesa, de 2008. Embora documentos dessa

¹ Doutor em Ciência Política e professor do Departamento de Ciência Política da UFRGS.

natureza não revelem aspectos sigilosos das percepções e estratégias e nem sempre as políticas de fato implantadas deles decorram integralmente, eles constituem importantes balizas para a ação estatal. No plano interno, eles costumam ser invocados para legitimar a formulação de políticas em nível ministerial e para o planejamento e organização das forças armadas; no plano externo, eles revelam aos demais países as preocupações, prioridades e orientações que constituem sua agenda de defesa, o que tende a ser levado em conta pelos países interessados para suas próprias formulações estratégicas.

É importante ressaltar que estes documentos também espelham a óbvia assimetria de poder militar e de estruturação do controle do sistema político sobre a formulação das políticas de defesa nos dois países em foco. Com relação às capacidades militares e alcance das estratégias de defesa, há um abismo entre a maior potência do planeta e um país que até então teve seu raio de ação basicamente circunscrito ao entorno regional, marcado pela dependência em relação à superpotência. Em termos políticos, nos Estados Unidos, as forças armadas estão submetidas a um único ramo da administração desde 1947, quando foi criado o Departamento de Defesa, no Brasil o processo iniciou apenas em 1999. Da mesma forma, desde 1986 aquele governo deve, por lei, periodicamente submeter ao Congresso de seu país um documento informando os interesses, escopo e objetivos vitais à segurança nacional (Haine e Lindstorm, 2002). No Brasil as iniciativas de romper com a cultura do segredo e de submeter questões de defesa ao escrutínio público começam a se configurar somente em 1996, sem, contudo, maior participação do Congresso Nacional. Neste aspecto, o Brasil tem se revelado muito mais moroso que seus vizinhos (Saint-Pierre, 2007; D´Araujo, 2010).

ESTADOS UNIDOS

Em dezembro de 1999 o governo Clinton submeteu ao Congresso estadunidense o documento intitulado “A National Security Strategy For a New Century” (Uma estratégia de segurança nacional para um novo século). Trata-se de um longo documento com mais de 50 páginas dedicadas a vários temas e regiões de modo a contemplar três objetivos informados no prefácio: reforçar a segurança dos Estados

Unidos; apoiar sua prosperidade econômica e promover a democracia e os direitos humanos internacionalmente. O documento expressa o otimismo do governo quanto à posição internacional de seu país na primeira década após o final da Guerra Fria afirmando que os EUA estão no topo da sua influência e prosperidade e devem exercer a liderança mundial para proteger sua população e modo de vida (p. iii).

A National Security Strategy (NSS) de 1999 apresenta uma agenda de segurança que, sem abrir mão dos temas clássicos, destaca as chamadas novas ameaças: terrorismo, tráfico de drogas, crime organizado, tráfico de armas, imigração descontrolada, tráfico de seres humanos e desastres naturais (p. 5). Ainda assim a presença militar global e a dissuasão nuclear constituem o núcleo das “atividades militares” definidas pelo documento (p.14), que tampouco diminui a importância em se restringir a difusão de armas nucleares, químicas e biológicas, bem como o desenvolvimento de mísseis.

O documento descreve o “hemisfério ocidental” como uma região comprometida com a democracia e o livre mercado, a exceção de Cuba. As ameaças vislumbradas dizem respeito basicamente a tráfico de drogas, corrupção e lavagem de dinheiro (39s). Sendo a Colômbia o país que recebe maior atenção. Para além da cooperação no combate às drogas ilícitas, o documento reserva um espaço considerável para a “Promoção da Prosperidade”, onde faz uma defesa da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e para a “Promoção da Democracia”, onde fortalecimento da democracia, transparência e direitos humanos são o foco (p. 41).

O Brasil figura no documento como um país de relevância menor, sendo citado apenas duas vezes, uma ligada ao processo de paz entre Equador e Peru e outra, juntamente com a Argentina, em decorrência da fragilidade de seus sistemas bancários e vulnerabilidade às crises financeiras internacionais (p. 40). A pouca atenção conferida ao Brasil tende a minorar eventuais pontos de atrito entre as estratégias brasileira e norte-americana. Todavia, a continuidade do modesto programa espacial brasileiro (e com ele do desenvolvimento de um veículo lançador de satélite [VLS]), choca-se com a orientação estadunidense de conter o desenvolvimento de tecnologias duais como a dos VLS (Amaral, 2010). A agenda estadunidense para a região, centrada nas chamadas

novas ameaças, e que trouxe consigo a militarização do combate às drogas, não encontrou eco no Brasil, ainda que Brasília tenha firmado vários acordos de cooperação na área com Washington (Isacson, 2004; Villa, 2010).

De outra parte, a ênfase do documento na promoção da democracia, direitos humanos, transparência, desenvolvimento ambientalmente sustentável, normas internacionais e abertura de mercados criava uma área de convergência entre as estratégias dos dois países, pois o Brasil da virada do século XX para o XXI assimilou grande parte desta agenda.

A National Security Strategy de 2002 é uma resposta direta aos atentados de 11 de setembro de 2001, sendo inteiramente dominada pela “guerra global ao terrorismo”. Marcado pelo tom fortemente assertivo e por passagens inflamadas, como a que afirma que “Nós [os EUA] defenderemos a paz combatendo terroristas e tiranos” (p. 3), o texto estabelece os pontos centrais da chamada “doutrina Bush”: não fazer distinção entre terroristas e países que os apoiem; guerras preventivas; promover a derrubada de “regimes párias”. Para a América Latina a agenda continua limitada basicamente ao combate ao narcotráfico e à promoção da Alca. Todavia o conceito ampliado de terrorismo aplicado por Washington contamina a agenda de segurança regional de modo que a já vigente guerra contra o narcotráfico subordinou-se à guerra ao terror. Drogas e terrorismo, assistência militar e ajuda econômica passaram a ser tratadas de forma integrada (Villa, 2010). Nesse sentido, o documento, referindo-se à Colômbia, estabelece uma conexão entre terrorismo, extremismo e tráfico de drogas na região (p. 10) cujo entendimento do governo brasileiro é, claramente, diverso (Martins Filho, 2006). O Brasil é citado apenas uma vez na NSS de 2002, como um dos países da região com os quais os Estados Unidos estabelecem “coalizões flexíveis”. Sua relevância estratégica parece ser tão secundária quanto a expressa no documento anterior. Ao dedicar-se aos “outros centros de poder” e aos países que podem tornar-se grandes potências, o documento tece considerações apenas à Índia, Rússia e China (p. 26). O controle sobre vetores que possam carregar armas de destruição em massa é reafirmado no documento, o que, novamente, o coloca em rota de colisão com a pretensão brasileira de dominar a tecnologia de lançamento de satélites.

As NSS de 1996 e 2002 não reconhecem maior relevância estratégica ao Brasil, o que implica numa agenda pouco diferenciada em relação aos demais países da região, marcada pela percepção de ameaças não estatais. A visão estadunidense muda sensivelmente no texto de 2010. Na esteira de uma severa crise financeira e econômica, das guerras no Iraque e no Afeganistão, do crescente desgaste da posição internacional dos Estados Unidos e do acelerado crescimento chinês, o governo Barack Obama anunciou uma nova *National Security Strategy*. O texto consiste numa ruptura importante com “doutrina Bush”. Ao invés de proclamar uma guerra global ao terror restringe o inimigo a Al- Qaeda e seus aliados, o unilateralismo militar é criticado e o documento defende a importância de alianças e parcerias para a construção de um sistema internacional no qual todas as nações tenham direitos e responsabilidades. Além disso, rejeita a tortura e prega a observância dos valores propagados pelos EUA (democracia, respeito à lei e aos direitos humanos) como a forma mais efetiva de propaga-los (p.1s). O documento afirma em várias passagens a intenção de renovar a liderança estadunidense com base na cooperação em torno de valores compartilhados. Da mesma forma, defende soluções coletivas para o extremismo violento, conflitos armados, difusão de armas nucleares, crescimento sustentável, mudanças climáticas e doenças pandêmicas (p.3).

Em relação à América Latina, o texto sugere uma nova agenda ao enfatizar os laços culturais, históricos e até familiares dos EUA com a região e ao propor uma “parceria entre iguais” pela inclusão social e econômica, segurança cidadã, energia limpa e valores universais. O tema das drogas ilícitas é secundário e sequer aparece associado diretamente à região. Diferente dos documentos anteriores, a NSS de 2010 confere maior atenção ao Brasil, citando-o seis vezes e estabelecendo importantes pontos de contato. No plano econômico, a ênfase do documento na cooperação se expressa numa visão bastante positiva do G-20 (p. 4, 13, 26 e 33), um dos focos da atuação internacional brasileira. O documento avança ao aludir à necessidade de reformar o FMI e o Banco Mundial de modo que os países em rápido crescimento se vejam neles representados. O documento descreve o Brasil como um dos “centros de influência emergentes”, juntamente com a África do Sul e a Indonésia; o que consiste

num patamar distinto dos chamados “centros de influência chave”, composto por China, Rússia e Índia. De toda forma, o texto se mostra bastante receptivo ao maior protagonismo brasileiro: “Nós damos boas vindas à liderança brasileira e buscamos ir além das datadas divisões norte-sul no avanço das questões bilaterais, hemisféricas e globais” (p. 44). O Brasil é descrito como um modelo aos países da América e da África em função de seu sucesso econômico e diminuição das desigualdades sociais e como um importante parceiro nas questões climáticas e de segurança energética.

BRASIL

A Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996 é um marco importante por consistir no documento declaratório que rompeu com a arraigada retórica da Escola Superior de Guerra e que, apesar de envolto numa série de dissensos, foi produzido por militares e civis, no caso diplomatas (Alsina, 2003). O documento, vale lembrar, precede a criação do Ministério da Defesa e a sua brevidade (apenas 5 páginas) e generalidade são reveladoras de que o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) estava mais envolvido com a criação daquele ministério do que com a formulação de uma estratégia de defesa mais detalhada.

O texto propõe-se “a fixar os objetivos para a defesa da Nação”, sendo apresentado como do interesse de toda sociedade e subordinado à Constituição. Apesar de ressaltar a complexidade do planejamento da defesa brasileira, dada a sua “profundidade geo-estratégica”, o documento frisa que se “compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática”. Na mesma linha, enfatiza que se deve “conciliar as necessidades de defesa com a disponibilidade de meios, mediante aprovação de recursos pelo Congresso Nacional.” Pode-se depreender desta primeira parte da PDN que o tema não era prioritário, estando subordinado a outras agendas. Todavia, o documento não se furta a fornecer uma visão do quadro internacional, dos objetivos e das orientações estratégicas brasileiras. Redigida no período de “otimismo liberal” da administração FHC, a PDN definia o cenário pós-guerra fria como um “ambiente internacional multipolar indefinido e instável”, no qual novas regras de convivência entre as nações estariam

sendo estabelecidas com a crescente participação de atores não governamentais, o que demandava ao país “determinar, livre de matrizes ideológicas, sua inserção estratégica e suas prioridades no campo da defesa” (p.2).

Neste sentido, a PDN de 1996 descreve a América do Sul e o Atlântico Sul como o escopo das formulações estratégicas brasileiras. Este espaço é descrito como região pacífica e desmilitarizada, cujos potenciais riscos aos interesses brasileiros constituem em zonas de instabilidade, “bandos armados”, sobretudo na fronteira amazônica, e no crime organizado internacional. Quanto a isso, o documento parece apostar mais na integração com os países vizinhos, fixando diretrizes como “contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional” ou como “atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais”. Embora o documento assinala a necessidade de manter forças armadas equipadas e preparadas para a autodefesa do país, a ênfase de suas diretrizes recai sobre aspectos diplomáticos, integracionistas e de adesão a regimes que conduzam a “a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade” (p.4).

Ao longo dos anos 1990 o Brasil empreendeu um forte movimento de adesão aos regimes internacionais o que, neste aspecto, o colocou “em dia” com várias demandas de Washington (Vigevani, 2003; Cervo, 2008; Silva, 2009). A PDN de 1996 não apresenta pontos de atrito ou de divergência em relação aos Estados Unidos, entretanto silencia a respeito de boa parte da nova agenda de segurança deste país para a região. Nada fala a respeito do combate ao narcotráfico, lavagem de dinheiro, corrupção e outras ameaças não estatais. O documento não endossa nem se opõe, apenas contorna a questão, que tem sido objeto de entendimentos diversos e foco de dissensos entre os governos dos dois países.

Na década seguinte, num contexto doméstico e internacional significativamente diverso, o Brasil publicou a PDN de 2005. Quase quatro anos após os atentados de 11 de setembro de 2001, o documento integra elementos da nova agenda de segurança internacional decorrentes da resposta estadunidense aos atentados e é mais assertivo quanto aos entendimentos e às orientações da política de defesa do Brasil. O documento de nove páginas traz formulações mais específicas que podem ser creditadas a

existência do Ministério da Defesa, ainda que este ainda fosse frágil na sua capacidade de imposição de autoridade civil sobre os militares e, conseqüentemente, de formulação de políticas de longo prazo².

O documento dedica uma parte à definição dos conceitos de Estado, Segurança e Defesa, além disso, caracteriza o ambiente internacional como marcado por conflitos étnicos e religiosos, antevê disputas por áreas marítimas, domínio aeroespacial, recursos naturais e fontes de energia. O texto de fato inova em relação à edição anterior quando enfatiza que a globalização também traz vulnerabilidades e que a instabilidade econômica e a exclusão social constituem fontes potenciais de conflitos (p. 2). O afastamento de um discurso mais identificado com os Estados Unidos é mais evidente quando a PDN afirma que a “configuração da ordem internacional baseada na unipolaridade no campo militar associada às assimetrias de poder produz tensões e instabilidades indesejáveis para a paz”. O interlocutor não declarado continua sendo os EUA quando o documento condena o terrorismo internacional, o classificando como um risco a paz e a segurança mundiais, mas, numa clara oposição ao unilateralismo da “Doutrina Bush”, enfatiza a necessidade das nações trabalharem em conjunto na prevenção e combate às ameaças terroristas (p. 2).

Além de demarcar uma visão distinta dos Estados Unidos sobre os problemas de segurança internacional, a PDN de 2005 traz de novo para o primeiro plano a busca por autônoma como um objetivo estratégico a ser alcançado:

A persistência de entraves à paz mundial requer a atualização permanente e o reaparelhamento progressivo das nossas Forças Armadas, com ênfase no desenvolvimento da indústria de defesa, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis. (p.5)

2

Em novembro de 2004 o ministro da defesa José Viegas Filho renunciara em função de uma nota do Exército elogiosa à ditadura militar e, à época da publicação da PDN 2005, o Ministério da Defesa estava a cargo do Vice-Presidente da República, José Alencar.

O documento revela o entendimento de que as forças armadas, além de modernamente organizadas, equipadas e treinadas, não podem depender de aquisições feitas no exterior e que o fortalecimento da capacidade de defesa brasileira está associado ao desenvolvimento de sua indústria de defesa. O documento aponta, ainda, que se deve buscar a integração regional da indústria de defesa de modo ampliar mercados e a garantir o desenvolvimento mútuo e a autonomia estratégica (p.6).

O caráter ambivalente das relações Brasil-Estados Unidos aparece na PDN quando o documento reitera a posição brasileira favorável a uma ordem internacional baseada na democracia, nos organismos multilaterais, na cooperação e na paz; elementos coincidentes com o discurso de Washington. Ao mesmo tempo, o documento reafirma a disposição brasileira de reformular e democratizar as instâncias decisórias dos organismos internacionais. O documento, portanto, assinala os pontos divergentes da estratégia brasileira em relação aos Estados Unidos sem se afastar do terreno comum partilhado com este país e sem assumir um discurso confrontacionista.

Três anos depois, em 2008, o governo brasileiro divulgou a Estratégia Nacional de Defesa (END). Trata-se de um documento de abrangência muito maior e mais detalhado que os anteriores, contabilizando 35 páginas e assinado por dois ministros, o da Defesa e o da Secretaria de Assuntos Estratégicos. O documento veio a público num momento de inflexão política do governo Lula em face à crise desenrolada na Força Aérea Brasileira em decorrência dos trágicos acidentes aéreos de 2006 e 2007 e do movimento de controladores de voo (Oliveira, 2009). Disponível no site do Ministério da Defesa em quatro idiomas, a END é ainda mais assertiva que a PDN de 2005. O documento proclama que o Brasil, “pacífico por tradição e convicção, (...) ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação” e argumenta que, se quiser “ocupar o lugar que lhe cabe no mundo”, deverá estar preparado para defender-se das agressões e ameaças de um mundo cuja “intimidação tripudia sobre a boa fé” (p. 1s). Para tanto, o texto encaminha uma significativa reformulação de todo o aparato brasileiro de defesa calcado na reorganização das Forças Armadas, na articulação com a indústria de defesa e no serviço militar obrigatório.

Diferente dos documentos que a precederam, a END pouco informa, diretamente, a visão brasileira do cenário internacional, mas é bastante detalhada ao encaminhar os objetivos e diretrizes de reformulação das forças armadas brasileiras. Nestes destaca-se a prioridade conferida à região amazônica, cuja soberania brasileira é repetidamente reafirmada: “Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil” (p. 5). A previsão de incrementar significativamente a presença das três forças na região revela a sensibilidade da questão para a estratégia brasileira.

A ênfase conferida à projeção internacional do Brasil e ao desenvolvimento autônomo de novas capacidades militares, tecnológicas e industriais revela uma agenda que põe em questão a hegemonia norte-americana no continente e o balanço de poder na região. A formulação de objetivos estratégicos como o desenvolvimento de submarinos, convencionais e nucleares, capazes de operar mísseis, de veículos lançadores de satélites e de satélites com integral domínio tecnológico (p. 9, 12 e 16), choca-se com as políticas estadunidenses de “cerceamento tecnológico” (Longo e Moreira, 2010) que, inclusive, são referidas no documento como “bloqueios tecnológicos impostos por países desenvolvidos” (p. 21).

Outro ponto importante, já presente na PDN de 2005, é a integração da indústria de defesa brasileira com a dos países da região. A isso se soma o Conselho de Defesa da América do Sul, apresentado como um “mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região” (p. 7). Percebe-se no documento que ao “acender” o Brasil deverá levar o processo de integração regional muito além da esfera comercial, criando um novo, e estratégico, espaço de concertação do qual os Estados Unidos estejam alienados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de uma década e meia os documentos analisados revelam mudanças importantes no enquadramento estratégico que Estados Unidos e Brasil reservam um ao outro. Da parte dos Estados Unidos, é notável a maior relevância conferida ao Brasil, no

lado brasileiro, destaca-se o caráter propositivo e a busca por autonomia e integração com os demais países da América do Sul.

Os pontos de atrito nos documentos analisados dizem respeito, em primeiro lugar, à securitização da questão das drogas e à presença militar dos EUA na região amazônica. Outro ponto é a opção brasileira pelo desenvolvimento de tecnologias duais, especialmente o VLS e a energia nuclear, e as políticas estadunidenses de cerceamento tecnológico que frequentemente são apresentadas como corolário da não proliferação das armas de destruição em massa. A intenção brasileira de fortalecer sua base industrial de defesa, inclusive projetando-a internacionalmente, tende a se chocar com os interesses comerciais da indústria dos EUA, cujas possibilidades de cooperação são limitadas pelas restrições governamentais à venda de componentes e repasse de tecnologias. Outro ponto com potencial de atrito é a criação de novas organizações regionais na qual os Estados Unidos não se fazem presentes, sequer como observador. Embora a NSS 2010 não se refira a Unasul ou a seu Conselho de Defesa, outros documentos que circulam em Washington, como o relatório do *Council on Foreign Relations* de 2011 sugerem que os EUA estabeleçam “canais de comunicação” com os novos espaços multilaterais da região.

Os pontos de contato, que marcam as possibilidades de consenso, dizem respeito, em primeiro lugar, à coincidência de valores ligados à democracia, direitos humanos e à importância das organizações multilaterais. Ambas as estratégias partilham um repertório discursivo de defesa da cooperação internacional e, mais recentemente, da necessidade de reformular as instituições internacionais. Apesar de não abrir mão da sua presença militar na América do Sul, os Estados Unidos parecem ver o Brasil como uma força estabilizadora na região e, como contrapeso ao chavismo, um modelo a ser seguido por outros países. Num contexto de crise econômica e de crescente projeção da China, inclusive no “hemisfério ocidental”, parece haver disposição por parte de Washington de estabelecer um patamar de relações mais sólidas e cooperativas. Considerando isso e o perfil do crescimento econômico brasileiro, a margem de negociação para o Brasil levar adiante a sua agenda junto aos Estados Unidos parece ser a maior desde os anos 1930.

Por fim, um aspecto que não deve ser relevado é a característica ambiguidade das relações entre Brasília e Washington. O alinhamento imprimido pelo Brasil nos anos 1990 não implicou na aceitação integral da agenda estadunidense de securitização do combate ao narcotráfico na região, tampouco de conversão das forças armadas em polícias de fronteira. A retomada de antigos projetos estratégicos, que até então vegetavam com recursos mínimos, articulados com a expansão da indústria de defesa, constituem inflexão notável do Brasil em favor da busca da autonomia estratégica. Entretanto essa reorientação, bem como a adoção de um discurso moderadamente crítico às grandes potências, não impediram a assinatura do acordo de cooperação militar com os Estados Unidos em 2010. Da mesma forma, a ênfase na cooperação e as boas vindas à liderança brasileira não se materializaram, até então, em mudanças nas políticas adotadas por Washington. As restrições à aquisição de tecnologias sensíveis permanecem; não houve qualquer tipo de consulta ao Brasil quanto a implantar bases militares na Colômbia; não houve reversão sensível na militarização da política de combate ao narcotráfico na região e tampouco houve apoio efetivo à pretensão brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O que se pode inferir disso é que a recente inflexão brasileira ainda é frágil e dependente de convênios estratégicos com as grandes potências (seja com os Estados Unidos ou, no caso dos submarinos e helicópteros, com a França). De outra parte, a inflexão discursiva de Washington ou encontra resistências internas para se concretizar em ações ou não vai além de uma retórica de cooptação redigida em momento de crise.

REFERÊNCIAS

- ALSINA JR., João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, Dez. 2003.
- AMARAL, Roberto. Desafios ao veículo lançador de satélite. In: DOMINGOS NETO, Manuel. *O militar e a ciência*. Rio de Janeiro : Gamma, 2010.

- CERVO, Amado. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento*. Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2010.
- HAINÉ, Jean-Yves e LINDSTORM, Gustav. *An analysis of The National Security Strategy of the United States of America*. European Union Institute for Security Studies, 2002. Disponível em:
<www.iss.europa.eu/publications/detail/article/an-analysis-of-the-national-security-strategy-of-the-united-states-of-america/> Acessado em 6/2/2012.
- ISACSON, Adam. *Blurring the lines*. Trend in US military programs with Latin America. Washington, DC. WOLA, 2004.
- LONGO, Waldimir e MOREIRA, William. Contornando o cerceamento tecnológico. In: SVARTMAN, Eduardo (et al.). *Defesa, segurança internacional e forças armadas: textos selecionados do III Encontro Nacional da ABED*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- MARTINS FILHO, João Roberto. As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso (Org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. *Interesse Nacional*, Ano 2 - Edição 5 - Abril a Junho de 2009.
- SAINT-PIERRE, Hector. *Et al (Orgs.)* . Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- SILVA, André Reis da. *Do otimismo liberal à globalização assimétrica*. A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Curitiba, Juruá, 2009.
- VIGEVANI, Tullo and CEPALUNI, Gabriel **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. *Contexto int.*, Dez 2007, vol.29, no.2, p.273-335.
- VIGEVANI, Tullo, OLIVEIRA, Marcelo F. de and CINTRA, Rodrigo **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. *Tempo soc.*, Nov 2003, vol.15, no.2, p.31-61.



VILLA, Rafael Duarte. EUA-América do Sul: dinâmicas do complexo de segurança regional. In. CEPIK, Marco (org.). *segurança internacional: práticas tendências e conceitos*. São Paulo: Hucitec, 2010.

Artigo recebido dia 22 de março de 2012. Aprovado em 12 de abril de 2012.

RESUMO

Este artigo investiga os tópicos que revelam os dissensos e as convergências nas políticas de defesa e segurança internacional do Brasil e dos Estados Unidos. Avaliando as possibilidades de atrito e entre os dois países, argumenta que os documentos que tornam públicas as estratégias revelam mudanças importantes no enquadramento conferido por cada país ao outro e também que, apesar de ambiguidades e descompassos, desde 2010, há mais espaço discursivo dos Estados Unidos para o Brasil definir agenda e negociar seus interesses estratégicos.

PALAVRAS-CHAVE

Estratégias de defesa, relações Brasil-Estados Unidos, Segurança internacional.

ABSTRACT

This paper investigates the topics that reveal disagreements and convergences in defense and international security policies in Brazil and the United States. Assessing the chances of friction between the two countries, one argues that the documents which makes public both countries strategies reveal important changes in the guidelines issued by each country to the other and that, despite ambiguities and mismatches, since 2010, there is more discursive space from U.S. to Brazil set agenda and negotiate his strategic interests.

KEYWORDS

Multilateralism, global governance, developing countries